



## V CONGRESSO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

I Mostra Estadual de Práticas de Saúde Cosems RJ/IdeiaSUS-Fiocruz

Democracia e Direito à Saúde:  
SUS, patrimônio do povo brasileiro



### **Boa Noite a todas e todos**

Gostaria de saudar todos os integrantes da Mesa de Abertura.

Saudar às minhas parceiras e parceiros da Diretoria do COSEMS RJ, bem como a todas as técnicas e técnicos, assessoras, assessores, apoiadoras e apoiadores. Obrigada pela caminhada solidária na reafirmação do SUS e pela aposta na realização deste Congresso.

Agradecer a todos os participantes, gestoras e gestores, técnicos das SMS e convidados aqui presentes.

Agradecer a todos que contribuíram para a realização e êxito do 5º Congresso do COSEMS RJ e em especial à COMISSÃO ORGANIZADORA.

Agradecer à Prefeitura Municipal de Niterói por meio da Secretaria Municipal de Saúde pelo apoio técnico e logístico empregado na realização deste evento. Obrigada Secretária Maria Célia, nossa Diretora.

Agradecer ao CONASEMS pela contribuição financeira essencial para a realização deste Congresso. Obrigado Mauro Junqueira.

Quero registrar um agradecimento especial à FIOCRUZ e em especial ao IDEIA SUS pela parceria na organização da 1ª MOSTRA ESTADUAL DE PRÁTICAS DE SAÚDE.

Quero parabenizar nosso querido amigo Valcrer, aqui representando a Presidente da FIOCRUZ e solicitar que encaminhe a ela um forte abraço de congratulação por ser a primeira mulher a presidir esta importante instituição histórica, na construção e defesa do SUS no País.

Quero destacar, neste espaço inicial, o importante assentimento por parte dos palestrantes, coordenadores e integrantes das Mesas de debates, pelo pronto atendimento aos nossos convites, colocando-se à inteira disposição para a contribuição do brilhantismo deste evento.

Agradecer emocionada ao nosso querido **Arthur Chioro**; ao nosso parceiro **André Bonifácio**; ao **Eduardo Melo**, nosso querido Dudu; à **Cristiani Machado**, por ter atendido gentilmente ao nosso convite; à sempre presente e bem vinda **Carmen Lavras**; ao bravo companheiro do SUS **Heider**; ao nosso anjo da guarda **Mauro Silva**; ao **Daniel Simões**, subsecretário geral da SES-RJ; à **Blenda Leite** do CONASEMS; ao **Paulo Henrique** do IMS/UERJ; à profa. Gulmar, aqui presente na mesa representando o Reitor da UERJ, a quem transmito nossos cordiais agradecimentos.

No mesmo patamar de importância quero destacar aqui a presença dos firmes guerreiros e guerreiras do SUS, que no seu dia a dia enfrentam as dificuldades da construção do nosso sistema de saúde.

Não obstante ao cumprimento das suas gloriosas tarefas diárias, da luta em defesa do SUS e da busca de alternativas para os graves problemas da saúde pública, encontraram energia e inspiração para relatarem suas experiências sanitárias e de como contribuem no exitoso processo de Construção do SUS.



## V CONGRESSO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

I Mostra Estadual de Práticas de Saúde Cosems RJ/IdeiaSUS-Fiocruz

Democracia e Direito à Saúde:  
SUS, patrimônio do povo brasileiro



Estamos falando da 1ª MOSTRA ESTADUAL DE PRÁTICAS DE SAÚDE, atividade conjunta do COSEMS RJ E FIOCRUZ/IDEIA SUS.

Queremos parabenizar os municípios nas pessoas de seus gestores e técnicos pela intensa mobilização e participação, demonstrando a força, o protagonismo e a potência da gestão municipal.

Registramos aqui a satisfação em constatar que, no prazo de 30 dias, o COSEMS RJ recebeu 119 experiências, sendo 117 municipais e 2 regionais. Destacamos a participação de 39 municípios, distribuídos nas 9 regiões de saúde fluminense. Todos os trabalhos foram avaliados por uma banca de 4 examinadores, membros da Comissão Organizadora.

Convido a todos, aqui presentes, para acompanhar a apresentação destes brilhantes relatos, na Exposição de Trabalhos Modalidade Pôster, que ficará disponível até amanhã a tarde e, tenho certeza, que quem assistiu, agora, no período vespertino, às apresentações na modalidade Oral, ficaram entusiasmados com a alta qualidade destes relatos.

A contribuição de todos vocês foi de uma importância magnífica. As respostas que vocês forneceram é do intenso envolvimento com suas práticas no cotidiano e com o firme compromisso de reinvenção do SUS. No último período de nosso Congresso reservamos o tempo necessário para a devida premiação dos 3 melhores trabalhos apresentados na Modalidade Oral.

Todos nós temos consciência e sentimos em nossa alma o quanto o SUS nos cativa. Só temos que enaltecer a perseverança dos gestores municipais que continuam à frente da saúde em seus municípios e apoiá-los nesta luta em defesa do maior sistema universal de saúde do mundo.

Lamentamos, juntos e solidariamente, a grande volubilidade das gestões em nossos 92 municípios, onde, de janeiro de 2017 a dezembro de 2018, tivemos a impactante troca de 102 Secretários de Saúde em 52 municípios.

Sabemos de se tratar de um tema de relevância nacional, mas não podemos nos abster de buscar soluções e saídas para as gestões que sofreram com a saída de 3, 4, 5 e até 6 secretários nestes dois anos.

A definição do papel e atribuições dos gestores do SUS e a configuração e forma de atuação das instâncias coletivas de negociação sobre a política de saúde brasileira, já estão postas há 30 anos.

Temos consciência que o gestor do sistema único de saúde é a autoridade sanitária em cada esfera de governo cuja ação política e técnica deve ser pautada pelos princípios da reforma sanitária brasileira.

Nossas funções administrativas exigem um conjunto de conhecimentos e práticas de gestão necessárias para a implementação das políticas públicas na área da saúde e todos reconhecem que o município é o principal responsável pela saúde de sua população



## V CONGRESSO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

I Mostra Estadual de Práticas de Saúde Cosems RJ/IdeiaSUS-Fiocruz

Democracia e Direito à Saúde:  
SUS, patrimônio do povo brasileiro



Somos um estado pequeno em extensão territorial, mas de uma magnitude de complexidade que está sempre a nos desafiar, não só quanto à sua grande população, como também à sua heterogeneidade.

As alterações demográficas recentes como: a estrutura etária; a urbanização acelerada; as acentuadas desigualdades econômicas e sociais; as mudanças epidemiológicas; o sub financiamento do sistema e, por fim, como mostrado anteriormente, a intensa instabilidade nas gestões, têm contribuído com as dificuldades enfrentadas no processo de construção do SUS.

Em função de uma conjuntura adversa o subfinanciamento da saúde tem se apresentado contumaz pelos entes federal e estaduais. Nestes últimos três anos este processo tornou-se mais complexo, agravando-se de maneira significativa.

Nossos municípios passaram a aportar muito mais recursos em função do subfinanciamento federal e da quase ausência de repasse estadual.

Esta situação tem sobrecarregado profundamente os municípios.

Os municípios são os principais atores na execução das Ações e Serviços Públicos em Saúde (ASPS), o que garante a diretriz de descentralização paralelamente à diretriz de atendimento integral que deve ser efetivado por meio de uma rede regionalizada e hierarquizada.

Neste sentido, cabe à gestão estadual da saúde adotar suas atribuições constitucionais como prática de gestão e aproximar solidariamente com o esforço financeiro e técnico incrementados pelos municípios.

Pela Lei 8.080/90 compete aos estados promover a descentralização para os Municípios, dos serviços e das ações de saúde, bem como prestar apoio técnico e financeiro.

Também, a lei é objetiva em proclamar que, cabe aos estados, coordenar a conformação destas redes. Este desenho deve ser realizado em parceria com a união e o estado e **ambos** devem disponibilizar a necessária cooperação técnica e financeira aos municípios.

Esta cooperação é imprescindível à garantia da integralidade e da igualdade no acesso às ASPS, portanto, fundamental para que o direito à saúde seja assegurado em nosso estado.

Regulamentados os requisitos para a descentralização e regionalização caminharem conjugadamente, a organização da oferta das ASPS devem priorizar princípios de articulação entre os municípios, com a coordenação da Secretaria Estadual de Saúde, no sentido de garantir um efetivo planejamento regional, visando a conformação das redes regionalizadas.

Esta cooperação é imprescindível à garantia da integralidade e da igualdade no acesso às ações e serviços de saúde e, portanto, fundamental para que este componente do direito à saúde seja assegurado aos nossos munícipes.

Os brasileiros não podem abrir mão dos preceitos Constitucionais de 1988.



## V CONGRESSO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

I Mostra Estadual de Práticas de Saúde Cosems RJ/IdeiaSUS-Fiocruz

Democracia e Direito à Saúde:  
SUS, patrimônio do povo brasileiro



A despeito de não ter havido, de fato, um Estado de Bem-Estar Social, nossa Constituição resgata seus ideais, principalmente quando se refere às garantias sociais.

Na medida em que a Constituição Federal brasileira retoma as promessas não cumpridas do Estado de Bem-Estar Social, torna-se necessário empreender os legítimos e necessários esforços para se conseguir tal ideal.

A exigência de políticas públicas e prestações sociais efetivas determinam ao Estado, além de planejamento, a intervenção em setores específicos da sociedade. O Estado Democrático de Direito, instituído pela Constituição de 1988, retoma o compromisso para com a promoção da justiça social, intento que se viabilizará pela efetiva proteção e ampliação da dignidade da pessoa humana.

O Estado Democrático de Direito possibilitará a todos não só sustentar a permanência de determinados direitos fundamentais, mas também buscar a sua ampliação.

É importante que todos sejamos os guardiões dos princípios e diretrizes de nosso sus.

A despeito de falsas promessas em defendê-lo, muitos tem vilipendiado sua consolidação com parcerias na saúde pública, cuja implicação tem sido a limitação progressiva do papel do Estado a financiador e comprador.

Neste sentido cito o poeta Vladimir Maiakóvski:

“ ... VOCÊ NÃO PODE DEIXAR NINGUÉM INVADIR SEU JARDIM PARA NÃO CORRER O RISCO DE TER A CASA ARROMBADA”...

Esse jardim brasileiro, contudo, é ainda mais vulnerável às instigações neoliberais, já que em nosso País, foram insuficientes os momentos que presenciamos efetivamente de um Estado que garantisse níveis satisfatórios de justiça social e cidadania.

Retornando a um dos temas deste congresso, objeto de discussão em uma das mesas da programação, o subfinanciamento e agora o desfinanciamento tem preocupado os dirigentes do COSEMS RJ há algum tempo.

Segundo levantamentos do COSEMS RJ, junto ao SIOPS e ao TCE, no ano de 2017, 21 municípios colocaram 15 a 20%, de sua arrecadação, em ASPS.

Enquanto isso, 49 municípios fluminenses colocaram de 20 a 30% e outros 21 municípios colocaram de 30 a 40% de sua arrecadação. E, ainda, por incrível que pareça, um município fluminense colocou quase 50% de sua arrecadação em ASPS.

Todo esse espectro tem acarretado sérios problemas para as prefeituras, para os secretários de saúde e para os usuários do sus.



## V CONGRESSO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

I Mostra Estadual de Práticas de Saúde Cosems RJ/IdeiaSUS-Fiocruz

Democracia e Direito à Saúde:  
SUS, patrimônio do povo brasileiro



Levando em consideração o montante sus (aporte da União, mais do Estado e do município) as distorções são mais preocupantes com a sobrecarga no financiamento pelos municípios. Dos 92 municípios temos 66 que colocam 50% de recursos próprios deste montante

Quando analisamos os municípios que colocam de 65 a 88,26%, deste montante SUS, 34 municípios o fazem.

Será que é este o SUS que queremos estabelecer para os próximos 30 anos?

Como conviver com uma situação cada vez mais agonizante fruto do agravamento da judicialização da saúde?

Situação que compromete não só o orçamento municipal, mas profundamente qualquer racionalidade gerencial de planejamento e programação orçamentária, acarretando ainda profundos constrangimentos pessoais, coletivos e financeiros aos gestores.

Como impulsionar o processo de implementação da regionalização e das RAS?

A conjuntura que se apresenta em nada incentiva o processo de retomada destas diretrizes fundamentais de viabilidade do SUS. Há necessidade de aporte urgente de recursos financeiros e tecnológicos para garantir o acesso à média e alta complexidade, para dar nova sobrevida às novas Programações Regionais.

Expresso aqui, **com veemência**, a necessidade de nos manter unidos para se contrapor ao que tem feito muitos gestores municipais desistirem de continuar à frente da saúde em seus municípios.

Todos nós, que estamos comprometidos com a construção e consolidação do SUS queremos continuar na luta pela garantia da atenção à saúde da população.

O SUS não existirá sem a nossa perseverança e sem os municípios, basta ver e analisar o que fizemos nestes 30 anos de história deste sistema de saúde.

Como redefinir as práticas em saúde reforçando a correlação entre prevenção de doenças, vigilância e promoção da saúde de forma a culminar com um modelo de atenção onde nossos munícipes usufruam do direito fundamental à saúde?

Levando em consideração essa conjuntura, o COSEMS RJ traz esta programação no sentido de tornar possível a reflexão sobre como consolidar nosso Sistema Universal de Saúde, articulando as bases de promoção, proteção e assistência, com o objetivo de garantir a integralidade do cuidado.

Qual a responsabilidade dos gestores municipais na reorganização da Atenção Básica de acordo com os preceitos do SUS?



## V CONGRESSO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

I Mostra Estadual de Práticas de Saúde Cosems RJ/IdeiaSUS-Fiocruz

Democracia e Direito à Saúde:  
SUS, patrimônio do povo brasileiro



Quais as estruturas que devemos reforçar, que, vinculadas à Atenção Básica em Saúde, consigam ampliar, aperfeiçoar a atenção e a gestão da saúde?

Com certeza devemos privilegiar a construção de redes de atenção e cuidado, constituindo-as em apoio às equipes de saúde da família e ampliando sua resolutividade e sua capacidade de compartilhar e fazer a coordenação do cuidado.

A imagem de que os cuidados dispensados na Atenção Básica são simples há muito deixou de ser realidade, se é que algum dia o foi.

Estes são complexos e precisam dar conta das necessidades de saúde da população, em nível individual e/ou coletivo, de tal maneira que as ações impliquem na saúde e na autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde da comunidade.

Desde Alma-Ata os municípios brasileiros têm acumulado e compartilhado ações exitosas na Atenção Básica, principal porta de entrada do sistema de saúde. Neste congresso insistimos em tornar possível a constituição de uma mesa que refletisse os 40 anos pós Alma Ata, com encomendas claras: sobre modelos de atenção; a Estratégia de Saúde da Família como modelo de garantia de acesso, direitos e melhoria das condições de vida; dos princípios e diretrizes da Atenção Básica como ordenadora da rede; da Atenção Primária em Saúde e sua correlação com a Estratégia da Saúde da Família; a importância deste modelo para o *Brasil* e seu impacto na redução de iniquidades; a atenção básica como organizadora do sistema de saúde; a equipe multiprofissional de saúde e a formação e fixação RH para o SUS; o atual estágio de desenvolvimento da Atenção Primária, a situação de saúde nos municípios e os desafios para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) no Brasil.

Reafirmando o significado da Declaração de Alma-Ata em 1978, especialistas em saúde, líderes mundiais e autoridades de saúde da região estiveram presentes no Cazaquistão de 25 a 26 de outubro de 2018.

Se em 1978 a conferência lançou as bases para os últimos 40 anos de esforços globais de atenção primária à saúde, agora estamos atentos ao que Astana tem a nos dizer, a partir desta 2ª Conferência Mundial de Atenção Primária à Saúde.

*Estamos todos vigilantes* ao objetivo de renovar o compromisso com a atenção primária à saúde e avançar a Agenda 2030 com a Meta de Desenvolvimento Sustentável número 3: GARANTIR UMA VIDA SAUDÁVEL E PROMOVER O BEM-ESTAR PARA TODOS EM TODAS AS IDADES.

Nossos municípios possuem valiosas experiências na aplicação de modelos de saúde baseados na APS, o que permitiu melhorar o estado de saúde de nossa população sob os princípios da equidade e justiça social.



## V CONGRESSO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

I Mostra Estadual de Práticas de Saúde Cosems RJ/IdeiaSUS-Fiocruz

Democracia e Direito à Saúde:  
SUS, patrimônio do povo brasileiro



A transmissão do significado de ASTANA para os gestores de saúde deverá se constituir em uma oportunidade para reafirmarmos os princípios da DECLARAÇÃO de ALMA ATA e sublinhar a importância da atenção primária à saúde para alcançar as metas coletivas para o século XXI.

Não poderia encerrar esta mensagem na abertura deste Congresso sem que me posicionasse contra qualquer retrocesso na política de saúde pública deste nosso País.

Desta maneira, quero registrar, aqui, nosso veemente repúdio aos sinais das anacrônicas mudanças da Política de Saúde Mental e desejo ver registrado em nosso documento final, A CARTA do 5º CONGRESSO, os grandes avanços conseguidos com a prática de cuidados em saúde patrocinados pelas diretrizes e princípios da Política de Saúde Mental, existente até então.

Gostaria de encerrar desejando as boas vindas e que todos usufruam a qualificada presença de nossos convidados. Que todos usufruam desta confluência de saberes, almejando que estes conhecimentos reflitam nos quotidianos da nossa gestão.

Gostaria que todos nossos colegas gestores, considerassem igualmente esta mensagem, também de Maiakóvski, que leio aqui para reflexão de todos:

Não estamos alegres, é certo!  
mas também por que razão haveríamos de ficar tristes?  
O mar da história é agitado!  
As ameaças e as guerras havemos de atravessá-las...  
... rompê-las ao meio,  
cortando-as como a quilha corta as ondas.

OBRIGADA...